



Sarney acertou o andamento das negociações com os partidos

PDS fecha questão antes de negociar

O presidente do PDS, senador José Sarney, garantiu ontem que o Governo não mandará outro decreto-lei ao Congresso Nacional, alterando a política salarial, "porque desde o começo ficou estabelecido que ele não tomaria qualquer iniciativa ou providência à revelia do partido. Ele disse ainda que só depois que o PDS fechar questão pela aprovação das alternativas propostas pelo Grupo dos Onze, na próxima quinta-feira, é que o documento será levado às oposições para negociação. Sarney conversou ontem, acompanhado dos líderes do Governo, senador Aloisio Chaves e deputado Nelson Marchezan, com o ministro do Gabinete Civil, Leitão de Abreu.

- Indagado se de fato teria ameaçado pedir renúncia caso o PDS não fosse ouvido nesta questão, Sarney respondeu que não. "Eu acho que, de certo modo, isso aí é uma certa incompreensão das declarações que eu tive oportunidade de fazer".

Logo em seguida, no entanto, lembrou que havia dito que não tinha conhecimento, de nenhuma maneira, da existência, no meio das negociações em curso, da edição de qualquer decreto do Governo à revelia do Partido ou das negociações que estão sendo feitas. E completou, que "se isso ocorresse, evidentemente eu não teria mais nada a fazer, mas não está ocorrendo isso não".

PACTO

Sarney afirmou ainda que "desde o começo ficou estabelecido que o Governo não tomaria qualquer iniciativa ou qualquer providência à revelia do Partido".

O senador afirmou ainda que não acredita em qualquer decisão da parte do Governo "antes da reunião do diretório", pedindo inclusive a colaboração da Oposição, que marcou para o dia 18 o primeiro esforço concentrado para rejeitar o 2.045. Sarney garantiu que hoje, após a reunião da executiva do

PDS, levará os estudos, oficialmente, ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB:

"E a Oposição não deseja, de nenhuma maneira, pelo que eu posso sentir", declarou Sarney, "criar qualquer problema no sentido de melhorar a legislação, e está compreendendo, pelo que eu tenho lido em algumas declarações, o esforço que estamos fazendo de colocar o Congresso como um fulcro dessas negociações".

O senador acha que a partir de hoje e até a reunião do diretório nacional do PDS, no dia 20, ele terá bastante tempo para tratar do assunto com a Oposição. E rebateu as críticas feitas ao estudo da Comissão dos Onze, quando afirmou:

- Eu não acho que as medidas em estudo sejam mais restritivas do que aquelas contidas no 2.045. ao contrário, quem assim afirmar, não leu ainda aquelas formulações que estão contidas no documento do PDS.

CORTE

Sarney aceitou, todavia, que os 80 por cento do INPC para reajustes salariais permanecem "mas dando flexibilidade para que possa ter classes que cheguem a um nível de correção de até 100 por cento do INPC. Lembrou, que diante da realidade difícil em que o Brasil se encontra, "o que se está fazendo sobre a necessidade de uma política salarial, não é exclusivamente pelo simples desejo de mudar a lei, mas de se estabelecer a política salarial que beneficie a todo o povo brasileiro".

O senador ainda explicou que, apesar de não ter tido número suficiente na última reunião da bancada federal do PDS na Câmara, "nenhuma restrição foi feita ao trabalho, mas apenas alguns comentários que, de certo modo, procuraram ampliar, mas ninguém se manifestou contra o trabalho da Comissão dos Onze". E concluiu que depois do diretório nacional, o PDS terá uma posição única a respeito do assunto.

Atila: País tem compromissos

Rio — O porta-voz do Planalto, ministro Carlos Atila, afirmou ontem, após a solenidade de posse na Firjan, que o presidente do PDS, José Sarney, falando com ele ao telefone, desmentiu ter ameaçado abandonar o cargo caso o Governo tomasse qualquer iniciativa para aprovação do Decreto-lei 2.045, nos termos conhecidos ou com modificações introduzidas, antes do dia 20 de outubro, sem tomar conhecimento das propostas preparadas pelo Grupo dos 11 parlamentares do partido que estudaram a matéria.

"Verdadeira intriga da oposição", ele classificou, anunciando que ontem mesmo os termos do Decreto, como proposto pelo Governo, estariam sendo submetidos à bancada do partido no Senado. Depois disso, o projeto vai à executiva do partido e a outros órgãos. Não existe a idéia do trabalho do Grupo dos 11 não ser levado em consideração. Para isso é que a classe política foi convocada pelo presidente, já que qualquer medida a ser aprovada exigirá sacrifícios, e sacrifícios só são possíveis quando são aceitos".

Carlos Atila calcula para meados da próxima semana a data do envio do projeto do Governo para votação no Congresso. Ele considerou "muito bom", que o texto desse projeto houvesse provocado enormes controvérsias na terça-feira passada, quando esteve com a bancada do PDS na Câmara dos Deputados: "Isso foi saudável e se supõe que tudo volte a ser discutido. O Governo solicitou o debate geral, mas vai tentar esclarecer nossos (do PDS) representantes no Congresso da importância dos 80 por cento do INPC nos aumentos

salariais".

Em Camboriú (SC), onde esteve no feriado com o presidente João Figueiredo, Carlos Atila já havia adiantado que o Governo pretende acelerar os entendimentos referentes à nova política que deverá adotar para combater a inflação. "Essa política engloba salários, juros e até a política fiscal, e os entendimentos deverão ser desenvolvidos com um ritmo que compatibilize estas conversações com as que estão em curso, com os credores internacionais, por que as coisas estão interligadas", acentuou o porta-voz palaciano.

Já no Rio, Atila reafirmou que o projeto do Governo, levando em conta idéias de todas as áreas, vai incluir taxação de lucros no mercado financeiro e sobre ganhos de capital. Vai mexer com o Imposto de Renda e outros tributos. Sobre moratória, Atila afirmou que a palavra ultimamente tem ganho uma conotação de feitiço: "O que desejamos é o reescalonamento da dívida externa do País. O que está em jogo é a própria viabilidade do sistema financeiro internacional. O próprio interesse dos credores é no sentido de nos facilitar o pagamento".

As possibilidades de aprovação do Decreto-lei 2.045 no Congresso não são remotas para Carlos Atila, que expôs a convicção do presidente João Figueiredo sobre a reação dos parlamentares do PDS e da Oposição: "O presidente considera que há muita gente de expressão na oposição, cujo interesse maior está nos problemas do País. Ele acredita que o diálogo com os diversos campos da oposição pode promover um entendimento final. A própria seriedade da crise pode motivar esse entendimento".